

A PATOLOGIZAÇÃO E MEDICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO: A NORMALIDADE SUFOCA A ESTRELA DO AMANHÃ

PATHOLOGIZATION AND MEDICALIZATION IN EDUCATION: NORMALITY SUFFOCATES THE STAR OF TOMORROW

Maria Aparecida de Assis Gaudereto Mauto¹
aparecidamautoni@yahoo.com.br

RESUMO

Este trabalho analisa o filme indiano: “Como estrelas na terra”, o qual apresenta a história de um educando, com a idade de 8 anos, com dificuldades de aprender a ler e escrever. Aborda-se a conduta modificada, tanto dos professores como da família, que reconhecem, após a mudança na metodologia de ensino, a capacidade cognitiva e de linguagem do personagem Ishaan. Com vistas a esta temática, buscou-se refletir sobre os possíveis efeitos articulados ao diagnosticar um aluno, a partir da crítica à patologização. Para isso, autores como Szymanski; Collares e Moysés foram utilizados na discussão. Portanto, o educando sofre com o preconceito pela sociedade, pois o rótulo que recebe permanece por um longo período do processo de desenvolvimento, como representado pelo personagem Ishaan.

PALAVRAS-CHAVE: Patologização. Medicalização. Educação. Dislexia.

ABSTRACT

This work analyzes the Indian film: “Like stars on earth”, it presents the story of a student, at the age of 8 years old, with difficulties in learning to read and write. The teachers’ and family’s modified behavior is approached, and they recognize, after the changing in the teaching methodology, the cognitive and language capacity of the character Ishaan. In order to answer such question, it is aimed to reflect on the possible articulated effects when diagnosing a student. Authors such as Szymanski; Collares and Moysés were used in the discussion. Therefore, the student suffers from prejudice by Society because the label he receives, remains for a long period in the development process, as it was represented by the character Ishaan in the movie.

KEYWORDS: Pathologization. Medicalization. Education. Dyslexia.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo fazer uma analogia da problemática da patologização e medicalização na educação com o filme indiano “Como estrelas na terra²”, que

¹ Mestranda em educação/UNESC; graduada e licenciada em psicologia/UCDB; especialista em Gestalt-terapia; Saúde Pública; Perdas e Luto e Ciência da Religião.

² Referência ao filme indiano (2007) Every Child is Special (Como estrelas na terra), intitulado Taar Zameen Par, dirigido por Aamir Khan, um dos protagonistas do filme, e por Amole Gupte, personagem do professor substituto

apresenta a história de um educando que não consegue acompanhar os colegas na sala de aula da maneira esperada pelos professores. Autores como Szymanski, Collares e Moysés publicaram estudos sobre a temática do não aprender a ler e a escrever e questionam a forma como é realizado o diagnóstico dos alunos que apresentam algum tipo de dificuldade de aprendizagem e fracasso escolar, compreendendo esse fracasso como “a soma das taxas de retenção e de evasão escolares” (COLLARES; MOYSÉS, 1995b, p. 42). Para eles, a crítica é em relação à forma como profissionais da educação recorrem à área da saúde para resolver os problemas educacionais, incluindo o fracasso escolar, patologizando e medicalizando a existência.

Nesse viés, surgem as seguintes questões: como a criança pode ser diagnosticada com “transtorno de aprendizagem” por não saber ler e escrever? E, ainda, quais são os parâmetros utilizados ao se avaliar neurologicamente um aluno quando se diz que ele apresenta algum tipo de “transtorno”?

No rastro destas inquietações, a proposta do texto será discutir a conduta dos professores e familiares do personagem Ishaan, do filme citado, com o propósito de mostrar uma realidade que acontece com as crianças de países tão distantes, como a Índia, da mesma forma como acontece com as crianças brasileiras que sofrem com a prática medicalizante.

2 A MEDICALIZAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O filme em análise conta a história de um menino que, mesmo com 8 anos, não era alfabetizado e é levado pelos pais para um internato, cujo local tinha a fama de “domar cavalos”, ou seja, recebe alunos considerados indisciplinados. O personagem, Ishaan Awasthi, em sala de aula, debruçado em uma janela, parece distante, distraído, não compreende a solicitação da professora em abrir o livro na página 38, capítulo 4, parágrafo 3 e ler a primeira sentença e dizer quais são os adjetivos. A professora repete com tom de voz mais alto para que Ishaan leia o que foi solicitado. Ele olha para o livro após uma pausa e diz: “*Elas [as letras]... estão dançando!?*” O que ouve são gargalhadas dos colegas. Grita novamente a professora para que ele leia a frase. Ele verbaliza um som não identificável no mundo da linguagem.

de arte, Ram Shankar Nikumbh, que percebe a dificuldade de um dos alunos, Ishaan Awasthi, com 8 anos (ator Darsheel Safary), em aprender a ler e escrever.

Szymanski (2012), em seu artigo intitulado “Dificuldades de Aprendizagem (DA): doença neurológica ou percalço pedagógico?”, levanta uma problemática das várias definições modificadas no decorrer do tempo sobre o termo “dificuldades de aprendizagem” e como são elaborados os vários diagnósticos das crianças que apresentam algum tipo de dificuldade em aprender. Ela apresenta autores que buscam explicar esta dificuldade e justificam que o problema de não saber ler e escrever pode ser acarretado por disfunções neurológicas, subnutrição ou problemas de perdas significativas como, por exemplo, a morte de um familiar.

Sua crítica propõe uma reflexão se realmente as crianças sofrem de alguma doença neurológica que justifique os diagnósticos realizados por não médicos, e até por médicos. Os rótulos são diversos, a saber, Transtorno de Aprendizagem, Hiperatividade, Dislexia, Autismo, TDAH. A autora defende a busca de estratégias pedagógicas adequadas para lidar com os problemas que surgem, ou seja, com os percalços pedagógicos, sem que se necessite situá-los no terreno da saúde e de sua habitual medicalização. (SZYMANSKI, 2012).

Para ilustrar, Ishaan se sentia um fracasso, não era compreendido pelos professores. Ele enfrentava dificuldades na vida acadêmica, trocava as palavras e se confundia com os números. Grita um professor referindo-se ao Ishaan: “*Rei dos idiotas*”. Todos os colegas riem, fazem chacotas, praticam *bullying*, tanto alunos quanto professores.

Collares e Moysés (1996) também desenvolveram várias pesquisas sobre “a dimensão do não aprender” e sobre o fracasso escolar e desnutrição como fatores desencadeadores da dificuldade de aprender. Com a participação de 1348 crianças matriculadas na 1ª série do 1º grau³ em escolas públicas de Campinas (SP), sua pesquisa apontou um índice de fracasso escolar de 50,5% - número compatível com as estatísticas oficiais para o estado de São Paulo, de acordo com as entrevistas realizadas com os professores, diretores e profissionais da saúde e uma avaliação com a aplicação de testes. “Nesta pesquisa, partiu-se do pressuposto de que o aprender a/não aprender na escola é um processo para o qual a inserção social do aluno é fundamental” (COLLARES; MOYSÉS, 1996, p. 54). Os resultados encontrados foram destacados em duas proposições:

[...] o mau desempenho escolar da amostra estuda é alto, não se diferenciando dos indicadores gerais, o que permite supor que seja representativo, dentro dos limites possíveis de generalização; o caráter de classe do desempenho escolar constitui um dado tão importante, que pode ser aprendido até mesmo sem tratamentos estatísticos sofisticados. (COLLARES; MOYSÉS; 1996, p. 55).

³ Hoje, 1º ano do Ensino Fundamental (anos iniciais).

No artigo “Aprofundando a discussão das relações entre desnutrição, fracasso escolar e merenda”, Moysés e Collares (1995b) fazem um breve resumo sobre as questões da merenda escolar no Brasil e um comparativo com outros países. Procuraram pesquisar as regiões brasileira mais pobres sobre o efeito da desnutrição nas funções intelectuais no homem, e o efeito da merenda escolar. Percebem que, ao contrário de outros países, aqui procura-se oferecer a merenda escolar como solução para o fracasso escolar, pois se acredita que criança bem alimentada não repete o ano, ou seja, a falta da alimentação adequada pode ser responsável pela evasão e fracasso escolar.

Em todo o corpo do artigo, elas discutem sobre os programas do governo, do Ministério da Saúde, publicações significativas a respeito da Merenda Escolar. Ainda apontam a distribuição dos recursos financeiros do governo, com o objetivo de sanar o problema da desnutrição nas escolas. Apresentam o índice e taxas de mortalidade pela falta do alimento adequado em alguns estados, os efeitos no corpo e no Sistema Nervoso Cerebral (SNC) que pode causar uma alimentação não adequada, principalmente para criança em desenvolvimento. Apontam para a desnutrição nas funções do SNC em animais, fazendo uma análise das “alterações anatômicas do SNC determinadas pela desnutrição” (MOYSÉS; COLLARES, 1995b, p. 45) e suas consequências, tentando mostrar a importância de uma alimentação adequada em pleno desenvolvimento. Entretanto, concluem que nada justifica que o fracasso escolar seja devido à desnutrição. Além disso, criticam as condutas dos profissionais da educação e da saúde ao patologizarem e medicalizarem os alunos, como se a causa da dificuldade de aprender fosse devida à taxa de desnutrição no país.

É importante considerar que a desnutrição é um grave problema social do Brasil, e que os descasos por parte da política pública contribuem para que essa problemática se fortaleça a cada ano. No entanto, Moysés e Collares (1995b) descrevem dois segmentos que afirmam que a causa do fracasso escolar de fato não é a desnutrição:

- 1 - A criança que teve desnutrição grave no início da vida raramente chega à escola, pois a maioria morre no primeiro ano de vida.
- 2 - A desnutrição grave pode interferir nas funções cognitivas mais complexas que o homem pode desenvolver, que não são necessárias para o processo de alfabetização e nem sequer estão presentes aos 7 anos de idade. (MOYSÉS; COLLARES, 1995b, 50-51).

Aqui, as autoras concluem que a fome, vista como necessidade primária para o funcionamento do organismo como um todo, quando não atendida, pode interferir na disponibilidade da pessoa em qualquer idade. Porém, ela não deixa sequelas no SNC, não é irreversível, quando sanada, o indivíduo retorna às atividades, mesmo que seja em pleno processo de aprendizagem. Ressaltam ainda que não se podem resolver os problemas de desnutrição e do fracasso escolar com os programas de merenda escolar, por serem muito mais que isso, por serem mais sérios e urgentes de serem resolvidos.

No filme, o aluno Ishaan não tinha o problema de desnutrição, não faltavam os alimentos necessários e não possuía nenhum histórico de lesão cerebral, porém, recebeu o diagnóstico de disléxico pelo professor de arte, Ram Nikumbh, após conhecer um pouco da vida do aluno. O ser diferente fazia com que seus professores e pais, sem saberem como lidar com as características do garoto, rotulassem-no como preguiçoso, desobediente, indisciplinado, o que gerava comparação com o irmão mais velho, um garoto tido como exemplar.

Quando o professor Ram questiona o pai de Ishaan porque ele levou o filho para o internato, ele responde: “*Não havia opção*”. Visto pelo pai como “*sempre ardiloso, difícil, desobediente*”, percebe-se, portanto, a construção da subjetividade em torno desses elementos que caracterizavam um comportamento negativo na concepção do pai.

Então, Ishaan é levado para uma instituição que tinha a fama de “domar cavalos selvagens”, onde a correção de comportamentos indesejáveis era com condutas bárbaras, como o uso da palmatória. Algo que Ishaan não conhecia, pois seu mundo era das estrelas, onde habitavam peixes voadores, balé das letras e cores variadas, músicas alegres que embalavam um mundo frágil e inocente. Por meio da pintura, Ishaan fugia de um universo feito de obrigações morais e regras cobradas por uma sociedade que cumpre o padrão normativo dos homens. Encontrava nos lápis de cor a beleza de um mundo feliz.

A atuação medicalizante, explica Collares e Moysés (1985; 1996), fortalece o conjunto de juízos não permanentes e preconceituosos que dominam a vida cotidiana. A patologização e a medicalização, no contexto social e educacional, são entendidas como processo de transformar os comportamentos, as condutas humanas que antes eram consideradas normais ou que não eram analisadas pelos mesmos parâmetros médicos e/ou psiquiátricos de um transtorno ou de uma síndrome. Isto é, tentar encontrar no campo médico as causas e soluções para problemas dessa natureza. Neste processo ocorre, em alguns casos, o que representa um reducionismo biológico em questões de conflitos políticos e sociais.

Collares e Moysés (1995a, p. 25) dizem que:

O termo medicalização refere-se ao processo de transformar questões não-médicas, eminentemente de origem social e política, em questões médicas, isto é, tentar encontrar no campo médico as causas e soluções para problemas dessa natureza.

Mas Collares e Moyses (1996) também usam o termo “patologização” para dar conta de explicar um fenômeno que não é somente da ordem médica, ele tem sua gênese na ordem médica, porém outros saberes fazem uso desta lógica, como os demais profissionais da saúde e também os profissionais da educação. Neste artigo, utilizamos o termo “patologização” de forma ampla, indicando a crítica em relação ao entendimento de qualquer problema da vida a partir dos parâmetros patológicos, e o termo “medicalização” de forma específica, como a ação de prescrever algum remédio, alguma medicação, no tratamento da patologia então diagnosticada.

A respeito da medicalização da vida, descreve Conrad (2007 *apud* CHAGAS; PEDROZA, 2017), caracteriza-se como problemas não-médicos que são avaliados e tratados como problemas médicos. As categorias diagnósticas surgem na classificação das doenças e dos transtornos, na área educacional principalmente Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Anorexia, Dislexia e outros fenômenos do cotidiano representados por algum tipo de desordem emocional (SZYMANSKI, 2012).

As problemáticas no contexto escolar variam desde as dificuldades de aprender até as alterações comportamentais. Estas dificuldade e alterações de comportamento podem ser atribuídas àquele aluno que é considerado “aluno problema”, patologizado por não seguir um padrão de comportamento esperado pelo educador. O comportamento humano não é biologicamente determinado, está em constante transformação no tempo e nos espaços geográficos, sociais e culturais. Em oposição, há uma crença generalizada de que se deve agir segundo um determinado modelo, padrão social, o que implica na submissão de não criticar e questionar as alterações biológicas do corpo e mente perceptíveis no sujeito (COLLARES; MOYSÉS, 1995a; 1997).

O não reconhecimento das habilidades pode reduzir o potencial do sujeito, como acontece com Ishaan. A incapacidade de aprender, de reconhecer as letras, o que parece ser uma tarefa fácil para alguns, pode ser devastadora para outros, principalmente quando discriminados pelos professores, colegas e familiares. Diz o Ram, professor substituto de arte, para os pais de

Ishaan: “*Imagine o que ele está passando*”; “*Sua autoconfiança deve estar destruída*”. É preciso refletir qual o papel da escola quando lida com as diferenças e o que tem feito ou contribuído na constituição da subjetividade de alguns alunos, principalmente aqueles que apresentam comportamentos violentos, dificuldades psicopedagógicas, alunos estigmatizados como “alunos problemas”, e também “alunos não problemas”, mas que crescem considerando que são superiores aos demais.

É comum os profissionais, principalmente da área médica e psicológica, utilizarem o Manual Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais/ DSM-5 (2014) para encontrar critérios de diagnósticos que aproximam dos dados colhidos na entrevista com o sujeito em análise. O que explica os critérios de diagnósticos para o transtorno específico da aprendizagem: “é um transtorno do neuro desenvolvimento com uma origem biológica que é a base das anormalidades no nível cognitivo as quais são associadas com as manifestações comportamentais” (DSM-5, 2014, p. 31).

E ainda, de acordo com a classificação DSM-5, sobre a dislexia:

A origem biológica inclui uma interação de fatores genéticos, epigenéticos e ambientais que influenciam a capacidade do cérebro para perceber ou processar informações verbais ou não verbais com eficiência e exatidão. [...] Dificuldade de aprender a correlacionar letras a sons do próprio idioma – a ler palavras impressas (frequentemente chamada de dislexia) – é uma das manifestações mais comuns do transtorno específico da aprendizagem (DSM-5, 2014, p. 31).

As autoras Collares e Moysés (1996) abordam o preconceito das “disfunções neurológicas” no processo ensino-aprendizagem. Apontam que termos como Disfunção Cerebral Mínima (DCM), dislexia, hiperatividade, distúrbios de aprendizagem e outros, são generalizados como categorias pertencentes a uma “disfunção neurológica”. A crítica das autoras é que, embora haja uma diferença entre os termos, “há uma circularidade entre todos”, por um remeter ao outro e falarem de uma mesma situação: um padrão de comportamentos e/ou de aprendizagem que desvia ou incomoda na sala de aula, diverge da normatização estabelecida socialmente.

O “distúrbio de aprendizagem”

refere-se a uma condição biológica, inerente ao indivíduo, que prejudica ou mesmo impossibilita a aprendizagem em alguma área específica e que é consequência de uma “disfunção neurológica” comprovada ou presumível. Só se pode pensar o diagnóstico de “distúrbio de aprendizagem se se suspeita de uma “disfunção neurológica”. (COLLARES; MOYSÉS, 1996, p. 104).

Collares e Moysés indagam se o uso indiscriminado do termo “dislexia”, conceituado “como doença neurológica que compromete o uso e o domínio da linguagem escrita” (COLLARES; MOYSÉS, 1996, p. 105), está sendo aplicado pela suspeita de uma disfunção neurológica ou simplesmente por circular abusivamente na sociedade atual para se falar sobre problemas de aprendizagem. Será que uma criança que não consegue ler poderia ter uma lesão neurológica? Para responder a este questionamento, as autoras pesquisaram Hinshelwood (1896), o qual postulou a existência de “cegueira verbal” congênita, conhecida atualmente como “dislexia” no campo dos diagnósticos, “como causa da não-alfabetização em crianças e jovens”. Como também elas pesquisaram Orton (1925), neurologista americano, que “descreveu” uma condição que chamou de “strephosymbolia”, “que consistiria na falha em estabelecer a dominância de um dos hemisférios cerebrais”, entretanto, “decorreria a confusão de símbolos visuais e linguísticos e a consequência leitura especular” (COLLARES; MOYSÉS, 1996, 106). Estes estudos não foram reconhecidos pela comunidade científica da época.

Nesse sentido, Collares e Moyses (1996, 1997) continuam as pesquisas, especificamente sobre a tal “dislexia”, e revelam suas inconsistências quanto aos planos pedagógicos e como são feitas as pesquisas médicas e neurológicas que não permitem uma conclusão científica quanto ao diagnóstico de algum tipo de anormalidade e disfunção neurológica (COLLARES; MOYSÉS, 1996; SZYMANSKI, 2012).

Será que as crianças que são diagnosticadas com dislexia por não saberem ler e escrever sofreram um traumatismo craniano severo? Ou desenvolveram uma doença neurológica que comprometem as habilidades de linguagem escrita? Para a maioria das crianças, a habilidade de leitura desenvolve-se com “relativa naturalidade”, porém, para outras, como para Ishaan, pode ser tarefa difícil de ser executada. Os educadores deveriam ter uma visão ampla ao contemplarem as diferentes habilidades cognitivas das crianças quando chegam nos primeiros anos escolares. Incluir um aluno na forma padrão quando se generaliza que todos são capazes de aprender pela mesma via cognitiva e com a mesma frequência faz distanciar, e até mesmo anular, as ricas habilidades que um aluno - mesmo sendo “lento” comparado com um padrão de comportamento dito “normal” - poderá possuir (MOYSÉS; COLLARES, 1997; SZYMANSKI, 2012).

Nas investigações realizadas por Moysés e Collares (1996) em algumas escolas públicas de São Paulo, com a participação dos professores e estudantes do curso de pedagogia

em formação ou atuando nas escolas, diretores e profissionais da saúde dessas escolas, com objetivo de compreender como eram feitos os diagnósticos de crianças que não aprendiam a ler e escrever e daquelas que eram vistas como “problemas” por apresentarem comportamentos “anormais”, questionaram por que a escola encaminhava os alunos para a área médica e psicológica, visto que alguns problemas poderiam ser resolvidos no âmbito escolar.

Collares e Moysés (1996, p. 83) perguntam: Quais os critérios para encaminhar os alunos para o Serviço de Saúde? Responde uma professora: “Criança com mais de duas repetências, que não vão... precisam ser encaminhadas para a prefeitura, para a Saúde Mental”. Ainda, o processo de patologização é duplamente perverso, dizem as referidas autoras, pois rotula as crianças normais como doentes e, por outro lado, os profissionais expressam preocupações, encaminham para Serviço de Saúde e, ao mesmo tempo, a desalojam daquele espaço que deveria ser ocupado pelas crianças por direito.

É preocupante quando uma professora reage diante do não diagnóstico feito pelo médico quando diz que o aluno não tinha nenhum problema, ela responde: *“Ele tem problema. Já fez eletro, disseram que não deu nada e mandaram a gente procurar outra forma de ensinar. Mas ele tem problema, eu sei!”* (COLLARES; MOYSÉS, 1996, p. 85).

Uma outra entrevistada (fonoaudióloga, Campinas), define dislexia: *“Dislexia é uma doença neurológica, que se caracteriza pela grande dificuldade em aprender a ler e escrever”* (p. 111). Uma definição vaga justifica a medicalização na escola. Vários outros depoimentos mostram a crença em um distúrbio neurológico como justificativa do que são consideradas dificuldades de aprendizagem, a exemplo de outra professora: *“E tem os distúrbios, muitos. Robson escreve, mas não lê, o Marcos lê, mas não escreve”* (COLLARES; MOYSÉS, 1996, p.113).

A pesquisa rompe com o paradigma que a escola é perfeita e que são os alunos que têm problema, desvela o despreparo dos professores na sala de aula ao rotularem e diagnosticarem os alunos e confirma a prática da patologização no ensino-aprendizagem. Mas as pesquisadoras afirmam que transformar é possível.

Para isso

[...] se, porém, pretendemos ser agentes efetivos de transformação social, sujeitos da história, fica o desafio de sermos capazes de nos infiltrar na vida cotidiana, quebrar seu sistema de preconceitos e retornar a cotidianidade em outra direção. (COLLARES; MOYSÉS, 1996, p.260).

A patologização e medicalização eram praticadas na fala dos entrevistados. Foi encontrado 87,5% dos professores e profissionais da saúde que encaminhavam alunos para o serviço de saúde público e privado como forma de enfrentar os problemas de fracasso escolar; outros diziam que as crianças de classe baixa não chegariam matriculadas até o final do semestre, e se permanecessem na escola até o final do ano letivo, provavelmente repetiriam o ano (COLLARES; MOYSÉS, 1996).

Szymanski (2012) também critica a forma com a qual são diagnosticadas as diferentes dificuldades de aprendizagem, como a dislexia, a hiperatividade ou o déficit de atenção que alguns alunos apresentam na concepção dos avaliados, sejam eles educadores ou profissionais da saúde, conduta que pode deixar marcas, carimbos profundos por toda a vida do sujeito.

Nesse sentido, a grande preocupação dos estudiosos sobre o fenômeno medicalização na educação é o que Ishaan representa no filme “Como estrelas na terra”. Sejam indianos, franceses, americanos, brasileiros ou de qualquer outra nacionalidade, esta postura retrata uma conduta de desrespeito com as crianças que, geralmente, são estigmatizadas, excluídas do sistema de ensino do seu país, pela forma que foram avaliadas e patologizadas por não saberem ler e escrever.

Dessa forma, antes que os alunos rotulados com algum problema de aprendizagem sejam excluídos das escolas e migrarem para diferentes instituições de ensino em busca de serem aceitos, sem serem discriminados ou rotulados como “alunos problemas”, deveriam ser praticados métodos de ensino para adequar as diferentes formas de aprendizagem, adaptando os ditos distúrbios neurológicos, entendidos como doenças. Será que devemos considerá-los como doentes, quando feito um diagnóstico com o único fator de não saber ler e escrever? (SZYMAMSKI, 2012).

A questão da patologização e medicalização nas escolas não exclui a possibilidade de terem crianças que, realmente, precisam do medicamento. Mas a questão é a forma como essas crianças são diagnosticadas, as quais, muitas vezes, apresentam um comportamento agitado por questões emocionais, e o que mais precisam, no momento, é serem acolhidas e compreendidas.

É relevante ressaltar: quais os canais oferecidos para a aprendizagem das crianças que apresentam dificuldades em aprender? As habilidades como amarrar um sapato, abotoar uma camisa, pentear um cabelo eram tarefas difíceis para Ishaan, mas que foram sanadas a

partir da atenção oferecida pelo professor. Interpretar a leitura e calcular as simples operações matemáticas era um martírio, pois sua escrita invertida, espelhada, não foi identificada pelos diversos professores que o garoto teve. Mas tudo isso é superado com olhar afetuoso e respeitoso do professor que o vê como um ser de possibilidades. O aluno, quando é reconhecido, aceito em suas diferenças, fortalece a capacidade de aprender, motivado, consegue fazer as tarefas, ainda que diferente em relação às outras crianças.

Não é o que acontece com o aluno Ishaan, quando seus pais percebem que o filho tem um comportamento indesejável, e decidem confiná-lo na esperança de “consertar o filho torto”. No confinamento, Ishaan tenta sobreviver sem um familiar por perto, aprende a duras penas cumprir as solicitações exigidas pela escola. Atualmente, os confinamentos estão dentro das próprias escolas ou nos lares. Quando os profissionais da educação isolam as crianças e deixam-nas em um canto da sala, são excluídas e rotuladas na incapacidade de acompanhar o restante da turma, o que gera tristeza, desânimo, sensação de solidão, pois se perde o sentido de vida. Isso se torna evidente na expressão de ausência, apatia que o aluno Ishaan apresenta em sala de aula, mesmo quando o professor divertido utiliza um método de ensino lúdico, o que não era comum para os outros professores.

Nessa perspectiva, as escolas devem refletir sobre a conduta exercida em sala de aula ao avaliar e uniformizar o desenvolvimento cognitivo das diferenças intelectuais, culturais e linguísticas que permeiam as escolas. Uma educação para todos deve valorizar as diferenças de competências, do tempo de aprender que cada criança possui, sobretudo reconhecer os chamados distúrbios de personalidade e de concentração como valor individual e subjetivo do aluno.

Com a atenção nos corpos presentes na sala de aula, Ishaan é resgatado pelo professor de arte, Nikumbh, que utiliza diferentes métodos para atingir o processo ensino-aprendizagem. Com uma conduta lúdica, criativa e respeitosa, explora todos os recursos do ambiente conhecido pelo aluno, investe na capacidade de aprender a ler e escrever, somar e multiplicar, respeitando seu tempo, espaço e ritmo. Encantado com o mundo letrado, Ishaan vê possibilidades em retornar a arte de pintar, o que fazia com facilidade e talento antes de ser negado, rejeitado pelos pais e professores, numa sociedade que aceita somente aquele que passa pelo crivo do “padrão da normalidade”.

Ishaan, após ser ajudado pelo professor, passa a ser considerado entre os normais, com direito de falar e se expressar, por meio da arte, seu talento. O filme aborda a conduta

modificada, tanto dos professores como da família, que reconhecem, após a mudança na metodologia de ensino, a capacidade cognitiva e de linguagem de Ishaan. Visto como o aluno brilhante, ele se destaca entre os outros como inteligente e capaz de acompanhar a turma. Sua dignidade resgatada traz-lhe o direito e a alegria de viver.

A sociedade atual neutraliza, cristaliza e poda as habilidades do aluno, como exemplos a arte, a música, a criatividade as quais não têm lugar no currículo escolar. Oportunidades não vividas que impedem um futuro possível de existir e coexistir das crianças “problemas”, que somente querem ser aceitas e compreendidas pela escola, pela família e pela sociedade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do filme analisado foi possível ver que o aluno que recebe o diagnóstico indevido sofre com preconceito, discriminação e é estigmatizado por si mesmo, acabando por acreditar que, realmente, tem a patologia dita, pois é confirmada pelos pais que, por sua vez, estão envoltos no silêncio da ignorância, por acreditarem nas figuras importantes, como os educadores e profissionais da saúde, os quais dizem algo sobre os sinais e sintomas apresentados pelo filho. Ainda, o aluno sofre com o preconceito da sociedade, pois o rótulo que recebe permanece por um longo período no processo de desenvolvimento, como representado pelo personagem Ishaan.

Fica o apelo para que as instituições educacionais, como também o campo da saúde, possam fazer um trabalho com um olhar multidisciplinar, cuidadoso, para uma educação inclusiva e respeitosa, menos patologizante e medicalizante. Que as estrelas caiam na terra e brotem milhares de crianças talentosas, como o personagem Ishaan.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: **DSM-5**. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

CHAGAS, Julia Chamusca; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira. Patologização e Medicalização da Educação Superior. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 3, mar. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2lArDnM>. Acesso em: 5 set. 2019.